

cultura: imagens e representações

# ESTUDOS DO SÉCULO

# XX

número 8 . 2008

Periódicos de temática ultramarina:  
cultura, propaganda e informação  
na antecâmara do Estado Novo.  
O caso do *Jornal da Europa* (1927-1931)

Sérgio Neto

NETO, Sérgio – “Periódicos de temática ultramarina:  
cultura, propaganda e informação na antecâmara do  
Estado Novo. O caso do *Jornal da Europa* (1927-1931)”.  
In: *Estudos do Século XX*, n.º 8 (2008), p. 317-328.

**Sérgio Neto.** Mestre em História Contemporânea pela FLUC. Professor da Escola EB 1, 2, 3 de Peniche. Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

A actividade do mensário *Jornal da Europa*, como a de tantos outros periódicos aparecidos nos primeiros decénios do século XX, deve ser compreendida a partir dos ideais de redenção que vinham a marcar a intelectualidade e o discurso político desde meados de Oitocentos. Com efeito, de uma forma ou de outra – ou não figurasse a crença sebastianista entre as mais arreigadas no imaginário idiossincrático português –, quase todos os movimentos artísticos, culturais e ideológicos, foram norteados por um certo messianismo redentor<sup>1</sup>. Tal aspiração regeneradora conheceria um novo fôlego em torno dos territórios coloniais, com o Estado Novo e a sua máquina de propaganda a personificarem o paroxismo da atitude messiânica até à derrocada final de 1974.

Sendo verdade, no que às colónias concerne, que a utilização de vocabulário oriundo do espectro religioso já se vinha insinuando desde os finais da Monarquia Constitucional, coube ao regime estadonovista vulgarizar ainda mais tal prática. A mitificação do império e a inviolabilidade do seu espaço, perante a ameaça de outras potências coloniais, caso da Alemanha, necessitava de um fundamento vestido nos termos mais “elevados”. Relembre-se que a própria linguagem dos nacionalismos emprega vocábulos de evidente raiz sacra<sup>2</sup> e que, à luz do entendimento das nossas elites coloniais, as parcelas ultramarinas mais não eram do que prolongamentos e, portanto, partes integrantes da nação. Como se dizia: “Angola é Portugal”.

Dentre todas essas palavras e expressões de cunho religioso, a que mais sucesso obteve foi a de “mística imperial”. Embora se encontre relacionada com a figura de Armindo Monteiro, Ministro das Colónias entre 1931 e 1935, ela designa e define, por extensão, a política ultramarina do regime de Salazar até ao final da Segunda Guerra Mundial. Nas palavras de Fernando Azevedo, autor deste período, seria “um apetite heróico de acção [...] que acima de tudo exige a manutenção integral de tudo quanto se fez ou se conseguiu”<sup>3</sup>, pois, devido ao “zelo civilizacional”<sup>4</sup> para com o indígena, o “imperialismo português é muito diferente dos outros imperialismos europeus”<sup>5</sup>.

No entanto, tal expressão (ou similar) já circulava nos meios coloniais. O *Jornal da Europa*, que, em Dezembro de 1927, iniciava uma nova fase (2.<sup>a</sup> série) com uma direcção e orientação igualmente renovadas, indicou a “mística colonial” como caminho a seguir<sup>6</sup>. “Sob a égide de Vasco da Gama”, este periódico “de gente nova” punha-se “ao serviço da causa ultramarina portuguesa”, a fim de “igualar o que de

---

<sup>1</sup> Ver CATROGA, Fernando – “História e Ciências Sociais em Oliveira Martins”. In: CATROGA, Fernando; TORRAL, Luís; e MENDES, José Amado - *História da História em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 1998, vol. 1, p. 165-173.

<sup>2</sup> Cf. SMITH, Anthony – *Nacionalismo*. Lisboa: Teorema, 2006, p. 11.

<sup>3</sup> AZEVEDO, Fernando Alves – *Mística Imperial*. Lisboa: Editorial Cosmos, s. d., p. 4.

<sup>4</sup> CORTESÃO, Armando Zuzarte – “O Boletim da Agência-Geral das Colónias”. In: *Boletim da Agência-Geral das Colónias*. Lisboa: Agência-Geral das Colónias, 1925, n.º 1, p. 3-9.

<sup>5</sup> AZEVEDO, Fernando Alves - ob. cit., p. 5.

<sup>6</sup> MONTEIRO, Guilherme de Ayala – “Ressurgimento Colonial”. In: *Jornal da Europa*. Lisboa: Editora Portugal Ultramar, 31 de Dezembro de 1927, 2.<sup>a</sup> série, 1.º número especial, p. 1. Apesar da mudança de direcção, o jornal manteve o nome original, uma vez que, para todos os efeitos, era a Europa quem dirigia os destinos das regiões colonizadas. O seu título completo denunciava, de resto, uma tentativa de abrangência: *Jornal da Europa. Informação colonial e marítima para Portugal, colónias, ilhas, Brasil e América do Norte*.

melhor se faz lá fora”<sup>7</sup> em matéria de propaganda. Ou seja, ao mesmo tempo que se evocava o passado expansionista, apontava-se um futuro de ressurgimento.

Numa época de transição, pautada pela incógnita do destino da ditadura inaugurada em 1926, o ultramar era encruzilhada de opiniões. Factores como o impacto financeiro das reformas tentadas por Norton de Matos na Angola dos anos 20 e a incapacidade de encaminhar os fluxos migratórios metropolitanos para as colónias em lugar do Brasil, assim como o implacável saneamento da despesa pública empreendido pelo então Ministro das Finanças Oliveira Salazar ou o desconhecimento quase geral da população das coisas de além-mar, ombreiam entre os que mais convidavam a uma tomada de consciência, como ao tempo se dizia.

Aliás, já em 1925, último ano de vigência da Primeira República, dois importantes eventos ilustravam o estado do problema: por um lado, com o intuito de publicitar e valorizar os territórios ultramarinos, era criada a Agência-Geral das Colónias; por outro, vinha a lume um relatório apresentado pelo norte-americano Eduardo Alsworth Ross à Sociedade das Nações, denunciando a desumanidade dos colonos portugueses para com os seus trabalhadores de origem africana<sup>8</sup>. Em ambos os casos, era o desígnio da acção que se impunha.

Neste sentido, uma série de periódicos de temática ultramarina viu a luz do dia<sup>9</sup>. Informativos e/ou combativos, esses jornais e revistas esforçaram-se por alargar o reduzido espaço que, por vezes, as notícias coloniais ocupavam na imprensa. Como quer que seja, quase todos eles inovaram pouco no modo de transmitir os seus objectivos. Continuavam, de um modo geral, a dirigir-se a um público muito específico, que o mesmo é dizer tão-só aos círculos ultramarinos. Tentavam, também, recorrendo à publicação de tabelas e dados sobre a riqueza económica das parcelas ultramarinas, atrair o potencial colono, mas negligenciavam a eventual sedução suscitada através das vertentes cultural e literária.

Não foi essa a linha editorial seguida pelo periódico aqui analisado. Apesar de os artigos versando a economia ocuparem um maior volume de páginas, temas como a cultura dos “indígenas”, a beleza das paisagens, as impressões de viagem e as privações romaneadas do quotidiano dos colonos, tenderam a ocupar uma significativa fatia. Antecipando o que o Estado Novo iria promover nas suas publicações, o *Jornal da Europa* combinou literatura e propaganda, numa tentativa de cativar os leitores. Com o recurso a belas fotografias e a não menos sugestivas ilustrações, foi notório o seu esforço em apelar a uma dimensão visual próxima daquela encetada pelas exposições comemoracionistas e pelas mostras culturais<sup>10</sup>.

Tendo isto presente, o trabalho que se segue buscará traçar a trajectória e descrever o papel do *Jornal da Europa* no espaço jornalístico e propagandístico português,

---

<sup>7</sup> Idem, *Ibidem*, p. 1.

<sup>8</sup> Ver ROSS, Eduardo Alsworth – *Relatório sobre o trabalho indígena na África Portuguesa*. Luanda: Imprensa Nacional, 1925.

<sup>9</sup> São os casos de: *O Colonial* (1927); *Jornal das Colónias* (1927); *Lusocolonial* (1927); *Expansão Nacional* (1928); *Império Português* (1929); *Informação Colonial* (1929); *Ação Colonial* (1930); *Portugal Colonial* (1931); e *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* (1932).

<sup>10</sup> Ver SIMÃO, Maria Isabel – *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.

em breve ocupado pelo Estado Novo e pelos seus mecanismos ligados à Agência-Geral das Colónias (AGC) e ao Secretariado da Propaganda Nacional (SPN). Simultaneamente, ensaiará descortinar algumas nuances ideológicas no seio dos colaboradores e captar os elementos que definiram a sua originalidade.

## 1. Entre a renovação e a redenção

### 1.1. “Ao serviço da causa ultramarina portuguesa”

É um facto incontestável que os últimos anos da Primeira República e o período da Ditadura Militar se revelaram assaz prolíferos em publicações periódicas votadas à temática ultramarina. Mas, tirando o *Boletim da (Agência) Geral das Colónias/Ultramar*, que prosperou até ao início dos anos 70, debaixo do agasalho oficial, a efemeridade foi a palavra de ordem. É francamente provável que o carácter específico da linha editorial destes jornais e revistas tenha condicionado a sua sobrevivência. Num país marcado pelo analfabetismo e pela distância física e “psicológica” das colónias, percebe-se que a falta de leitores entraria no lote das dificuldades principais. Assim, ou optavam por se dirigir a um público ligado a uma parcela ultramarina concreta – normalmente Angola e Moçambique –, e publicavam artigos nesta veia, ou a solução passava por dar ênfase a comemorações, mostras e feiras coloniais, ao mesmo tempo que incluíam fotografias, imagens e desenhos apelativos. Uma terceira hipótese consistiu em aliar estas duas linhas editoriais ou inserir artigos subordinados a outros temas.

De facto, já nos finais da Monarquia Constitucional e nos primeiros anos da República, o *Boletim do Centro Colonial de Lisboa* personificara a primeira opção, ou seja, defender os “interesses ligados á exploração agrícola, commercial e industrial das colonias portuguesas”<sup>11</sup>, sobretudo de S. Tomé e Príncipe e de Angola. O que se compreendia, uma vez que as principais disputas esgrimidas pelo centro giraram em torno das acusações inglesas ao trabalho quase escravo promovido nas roças de cacau de S. Tomé<sup>12</sup>. E o que explica, também, a relativa longevidade do boletim<sup>13</sup>.

Outros periódicos, caso do *Lusocolonial* (1927), apostaram em combinar notícias do quotidiano das colónias, alguns artigos apologéticos e, mais esporadicamente, rubricas culturais, como as viagens de Camões ou o Padroado do Oriente. O seu editorial de abertura, após enaltecer o supostamente peculiar trato dos portugueses com os “indígenas”, lançava o alerta contra “as formidáveis cobiças” e “as ambições desmedidas” das potências estrangeiras, “sobre o património que, íntegro, temos obrigação de transmitir aos nossos filhos”<sup>14</sup>.

---

<sup>11</sup> ÁFRICA, João de - “O Boletim do Centro Colonial”. In: *Boletim do Centro Colonial de Lisboa*. Lisboa: Centro Colonial de Lisboa, 15 de Abril de 1909, n.º 1, p. 3.

<sup>12</sup> Pertenceram ao roceiro Francisco Mantero os artigos mais fundamentados, depois reunidos em livro: *A mão d’obra em S. Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edição do Autor, 1910.

<sup>13</sup> Muito embora o Centro Colonial de Lisboa já existisse desde 1899, o *Boletim do Centro Colonial de Lisboa* foi publicado entre 1909 e 1919.

<sup>14</sup> “Duas palavras”. In: *Lusocolonial. Revista de Defeza e Propaganda*. Lisboa: 15 de Dezembro de 1927, n.º 1, p. 1.

*Expansão Nacional*, “revista mensal de intercâmbio económico, científico e literário entre Portugal, colónias portuguesas e Brasil”, nasceu no ano seguinte, tendo privilegiado temas tão diversos quanto o ensino da História, o teatro ou os tribunais de infância. No seu primeiro editorial, intitulado “A expansão da raça portuguesa pelo mundo”, não obstante se poder ler que os objectivos passavam por “dar a conhecer melhor, pôr em ligação mais íntima todos aqueles que nasceram sob a nossa bandeira e que andam espalhados por todos os continentes”<sup>15</sup>, a verdade é que a sua mensagem se esgotou rapidamente.

Em 1929, apareceram *Informação Colonial e Império Português*. Enquanto o primeiro, muito irregular, desapareceu em 1931, tendo consagrado grande parte das suas páginas a Angola, já o segundo manteve-se activo até 1940, apesar de as suas notícias versarem mais a metrópole do que propriamente o ultramar.

Sob a direcção de Henrique Galvão surgiu, em 1931, *Portugal Colonial*. Comprometendo-se a tratar “assuntos económicos, comerciais, agrícolas, industriais e financeiros [...] de todo o mundo colonial”<sup>16</sup>, o periódico, fiel às inclinações do seu director, deu primazia aos problemas económico-sociais do território angolano<sup>17</sup>.

Mais regulares, *Jornal das Colónias* (1927-1931) e *Acção Colonial* (1930-1934) empenharam-se em diversificar os seus artigos. Este último procurou publicitar a totalidade das parcelas ultramarinas e incluir temáticas afins à cultura, como a imprensa, os navegadores de Quatrocentos e de Quinhentos ou a disseminação da Língua Portuguesa no mundo. Atento à Exposição Colonial do Porto de 1934, fez publicar reportagens do evento, enunciou os antecedentes e esclareceu os leitores do significado “patriótico” da iniciativa.

Posto isto, importa, pois, questionar: tendo, também, visto a luz do dia no período da Ditadura Militar e ostentando um programa quase idêntico, em que diferiu o *Jornal da Europa* dos seus congéneres? Por outro lado, sendo certo que, como eles, não primou pela longevidade, como conceber que a sua influência ultrapassasse em muito as sementes deixadas pelos demais?

## 1.2. Para uma perspectiva globalizante

O *Jornal da Europa* dinamizou as suas páginas no sentido de obter uma perspectiva lata das problemáticas. Importava atrair um alargado leque de leitores, tanto mais que a própria redacção o reputava de “jornal caro”. Decerto, a qualidade do papel, a profusão de imagens e a quantidade/qualidade dos colaboradores explicam o encarecimento do custo. Mas, em última análise, ajudam a esclarecer o arrojo das iniciativas levadas a cabo.

---

<sup>15</sup> TRANCOSO, Peres – “A expansão da raça portuguesa no mundo”. In: *Expansão Nacional. Revista mensal de intercâmbio económico, científico e literário entre Portugal, colónias portuguesas e Brasil*. Lisboa: Maio de 1928, n.º 1, p. 1.

<sup>16</sup> Inscricção na contracapa de *Portugal Colonial*.

<sup>17</sup> Acrescente-se que Galvão, em 1934, seria director da revista *Ultramar*. Órgão oficial da Exposição Colonial do Porto.

Por exemplo, uma série de números especiais pretendeu divulgar cada uma das colónias africanas em todas as suas facetas. Moçambique foi o primeiro território passado em revista. As rubricas visaram, essencialmente, traçar o perfil das grandes companhias industriais e dos serviços de Lourenço Marques. Todavia, o artigo mais interessante pertencia a Julião Quintinha, redactor do periódico, que empreendeu uma viagem de dois anos ao continente africano. A sua crónica paisagística e humana conferia ao número de Moçambique uma dimensão literária que foi muito apreciada<sup>18</sup>. Mas, cumpre, de igual modo, assinalar o texto “Três chefes”, cujo sabor “fascista” do título se aliava ao revivalismo das figuras de António Enes (“visão”), Mouzinho de Albuquerque (“chefe realizador”) e Freire de Andrade (“o elaborador paciente; o montador da máquina”), para enaltecer a colonização de Moçambique<sup>19</sup>.

Por seu lado, o número sobre Angola incluiu mais rubricas. Sem falar na sempre habitual crónica de Julião Quintinha, o fascículo angolano, para além de destacar as companhias agrícolas (Cazengo e Amboim) e dos diamantes (Diamang), tratava um conjunto mais diversificado de problemas. Era assim que “a assistência ao indígena” e a necessidade de melhorar os serviços de saúde para os colonos, em Luanda, se perfilavam como requisitos básicos para “honra[r] a colonização portuguesa”<sup>20</sup>.

Em todo o caso, sob o ponto de vista cultural, o retrato de Angola revelava-se mais rico do que aquele traçado a propósito de Moçambique. Tal depreende-se a partir das alusões à influência da “arte genélica” na congénere europeia e nos dois contos de “literatura colonial”, um dos quais da lavra de Ferreira de Castro<sup>21</sup>. O mesmo se percebe através da elaborada página desportiva e da interessante descrição da cidade de Luanda.

Uma análise aos colaboradores deste número permite, por outro lado, extrair uma conclusão passível de ser extrapolada com a linha editorial do mensário. Diz respeito ao facto de o periódico ter integrado nas suas fileiras gente oriunda dos mais diversos quadrantes político-ideológicos, apesar de unidas na certeza do sucesso do sistema colonialista. Não deve, pois, estranhar que o integralista Hipólito Raposo e o republicano e seareiro Augusto Casimiro, no que respeita ao “factor africano”<sup>22</sup>, afinassem pelo mesmo diapasão. É que, só muito tardiamente, a oposição ao regime em breve liderado por Salazar enveredaria pelo anticolonialismo. Aliás, mesmo o Partido Comunista Português (PCP), apesar das recomendações de Marx e da política do Kremlin, inspirada no opúsculo leninista *As questões nacional e colonial*<sup>23</sup>, tão-somente em 1957, quando do V Congresso, tomaria uma posição inequívoca de repúdio do colonialismo enquanto sistema de “exploração do homem pelo homem”<sup>24</sup>.

---

<sup>18</sup> Cf. QUINTINHA, Julião – “Do Atlântico ao Índico. Na África Oriental”. In: *Jornal da Europa*. Lisboa: Editora Portugal Ultramar, 31 de Dezembro de 1927, 2.ª série, 1.º número especial, p. 15-17.

<sup>19</sup> VELOSO, Francisco – “Três chefes”. In: *Jornal da Europa*. Lisboa: Editora Portugal Ultramar, 31 de Dezembro de 1928, 2.ª série, 1.º número especial, p. 12-14.

<sup>20</sup> “A assistência ao indígena”. In: *Jornal da Europa*. Lisboa: 8 de Março de 1928, 2.ª série, 2.º número especial, p. 34.

<sup>21</sup> Ver CASTRO, Ferreira de – “O navio que chega de África”. In: *Jornal da Europa*. Lisboa: 8 de Março de 1928, 2.ª série, 2.º número especial, p. 23.

<sup>22</sup> Cf. ANTUNES, José Freire – *O factor africano 1890-1990*. Venda Nova: Bertrand, 1990.

<sup>23</sup> Ver LENINE (Vladimir Hich Ulianov) – *As questões nacional e colonial*. Lisboa: Latitude, 1973-4.

<sup>24</sup> Cf. MADEIRA, João – “O PCP e a Questão Colonial – dos fins da guerra ao V Congresso (1943-1957)”. In: *Estudos do Século XX*. Coimbra: Minerva, 2003, n.º 3, p. 209-243.



Veja-se como, em jeito de contra-prova, o mensário aqui analisado, quando da promulgação, em 1930, do Acto Colonial<sup>25</sup>, o publicou e o saudou nos termos de “diploma basilár [da] missão de Portugal no mundo”<sup>26</sup>. De resto, o editorial do primeiro número, já em 1927, parecia prever o seu aparecimento:

[É preciso] que um estado de espírito nacional, de entusiasmo e de fé, consiga reunir todos os portugueses de boa-vontade, em redor das colónias, para que seja possível, num futuro próximo, apresentar perante o mundo, na sua verdadeira grandeza, o Império Colonial Português, dotado de um estatuto, de uma organização política, que garantam a eficiência da sua acção na política colonial<sup>27</sup>.

Coube, porém, ao número especial seguinte, dedicado ao arquipélago de Cabo Verde, ser ainda mais profético, na medida em que anunciava o que se viria a tornar um verdadeiro cavalo-de-batalha da propaganda ultramarina de Salazar. Na verdade, “se Moçambique é a primeira colónia portuguesa pelo avanço incontestável de todos os ramos da sua actividade” e Angola, devido aos “tesouros inextinguíveis do seu solo e do seu sub solo”<sup>28</sup>, a “jóia da coroa”, já Cabo Verde é, “em África, a sentinela do portuguesismo”<sup>29</sup>.

Se bem que não escondesse o facto de o território ser “geralmente considerado como pertencendo ao grupo das nossas colónias pobres” ou que “é possível que haja portugueses que não saibam de tódo onde o arquipélago fica situado [...] mas não haverá um só que não tenha conhecimento dos *famintos* de Cabo Verde”, o editorial vaticinava, ainda assim, o “grande futuro de Cabo Verde”<sup>30</sup>. Na realidade, para além “[d]a sua posição estratégica” de chave do “Atlântico sul”<sup>31</sup>, o arquipélago possuía uma população “rica de recursos de inteligência”<sup>32</sup>, propensa a manifestações culturais tidas por civilizadas e próximas daquelas existentes na metrópole.

Cidadãos de pleno direito e não “indígenas”, os cabo-verdianos ocupavam um lugar à parte na África portuguesa. Em breve, um melhor conhecimento das suas elites letradas, assim como das suas produções literárias, revelariam um espaço nos quais muitos descobriram um pequeno Brasil ou mesmo uma versão ligeiramente africanizada dos elementos culturais lusos, que aí vinham sendo depositados desde o século XV.

---

<sup>25</sup> Saliente-se que, até ao aparecimento do Acto Colonial – consagrando que “os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colónias e constituem o Império Colonial Português” –, vinha perdurando a convivência entre a tradicional expressão de “províncias ultramarinas” e a mais recente de “colónias”.

<sup>26</sup> “O Acto Colonial”. In: *Jornal da Europa*. Lisboa: 30 de Abril de 1930, 2.ª série, n.º 24, p. 10.

<sup>27</sup> MONTEIRO, Guilherme de Ayala – “Ressurgimento Colonial”. In *Jornal da Europa*. Lisboa: 31 de Dezembro de 1927, 2.ª série, 1.º número especial, p. 1.

<sup>28</sup> Idem – “O grande problema de Angola”. In: *Jornal da Europa*. Lisboa: 8 de Março de 1928, 2.ª série, 2.º número especial, p. 7.

<sup>29</sup> OLIVEIRA, José Osório de – “A alma caboverdiana. Impressões do escriptor José Osório de Oliveira”. In: *Jornal da Europa*. Lisboa: 22 de Abril de 1928, 2.ª série, 3.º número especial, p. 18.

<sup>30</sup> MONTEIRO, Guilherme de Ayala – “O grande futuro de Cabo Verde”. In: *Jornal da Europa*. Lisboa: 22 de Abril de 1928, 2.ª série, 3.º número especial, p. 7.

<sup>31</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>32</sup> “A notável acção do Governador Guedes Vaz”. In: *Jornal da Europa*. Lisboa: 22 de Abril de 1928, 2.ª série, 3.º número especial, p. 37.

No intuito de travar as críticas anticoloniais da comunidade internacional surgidas no rescaldo do conflito de 1939-1945, o Estado Novo iria servir-se da imagem multicultural e multirracial do arquipélago. E não foi despreciando o papel do *Jornal da Europa* na construção desta ideia. De um conjunto de 28 rubricas publicadas no mencionado número especial, 50% desenvolviam problemáticas económico-sociais. Desse parcial, 21% referiam-se ao Porto Grande de S. Vicente, enquanto as restantes compreendiam análises gerais (21%) e a cada uma das ilhas (44%), assim como entrevistas e evocações de governantes (14%). Por sua vez, as questões culturais, que abarcavam a outra metade do total de artigos, repartiam-se entre as impressões de viagem (37%), o desporto e a instrução (14%), as produções literárias de autores cabo-verdianos em prosa e poesia (14%), a morna (7%) e outros (14%)<sup>33</sup>.

Com metade dos artigos a versarem a cultura, o periódico dava o mote para muitas das posteriores leituras de Cabo Verde: um território assolado pelas secas e pelas fomes, mas abençoado pela pujança cultural das elites e do povo. José Osório de Oliveira e Julião Quintinha, que aí se fizeram representar, foram, aliás, dois dos mais importantes escritores sobre o arquipélago nos anos subsequentes. E firmavam o padrão de, doravante, medir Cabo Verde pela “alma de um povo”, e menos pelo “capítulo de economia”<sup>34</sup>.

Finalmente, o número dedicado à Guiné e a S. Tomé e Príncipe dava prioridade à situação económico-financeira, com esboços históricos e enumerações dos governantes<sup>35</sup>. Referências à fortaleza de S. João Baptista de Ajudá, alguns desmentidos sobre a existência de trabalho escravo nas roças de S. Tomé, um estudo sobre as “raças” da Guiné e um conto mandinga, confirmavam o pendor globalizante do jornal. Toada essa que seria prosseguida nos números seguintes.

## 2. Entre a propaganda e literatura

Curiosamente, a Agência-Geral das Colónias foi um dos maiores responsáveis pela revivescência de uma espécie de literatura de viagens. Trata-se de um facto um pouco paradoxal, tanto mais se nos lembrarmos o quanto a maior parte das páginas do seu boletim desenvolviam temáticas de teor económico-social, exibiam tabelas estatísticas, difundiam discursos oficiais e davam indicações úteis dirigidas aos colonos, caso das datas dos embarques e dos desembarques rumo ao ultramar.

Seja como for, a Agência-Geral das Colónias organizou, a partir de 1926<sup>36</sup>, um concurso anual de literatura colonial<sup>37</sup>. A inspiração deveria ser a literatura de viagens

<sup>33</sup> Cf. *Jornal da Europa*. Lisboa: 22 de Abril de 1928, 2.ª série, 3.º número especial.

<sup>34</sup> OLIVEIRA, José Osório de – “As ilhas adjacentes de Cabo Verde I”. In: *Seara Nova*. Lisboa: 28 de Junho de 1928, n.º 123, p. 53.

<sup>35</sup> Cf. *Jornal da Europa*. Lisboa: 1 de Julho de 1928, 2.ª série, 4.º número especial.

<sup>36</sup> Recorde-se que, no ano anterior, a Sociedade de Geografia de Lisboa lançou a “Semana das Colónias”, iniciativa que ia ao encontro dos “novos de Portugal”, para que “se habituem a considerar os nossos domínios ultramarinos como um prolongamento da Pátria”. As actividades incluíam ciclos de conferências na sede e em liceus e escolas de todo o país, sessões de poesia e músicas oriundas das colónias e inaugurações de estátuas de figuras ligadas à expansão. Cf. GARCIA, Conde de Penha – “Semana das Colónias de 1934”. In: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Maio e Junho de 1934, Série 52.ª, n.ºs 5 e 6, p. 216.

do tempo dos exploradores portugueses quatrocentistas, quinhentistas e seiscentistas. Vale a pena transcrever uma longa passagem, na qual o militar e dramaturgo Carlos Selvagem (pseudónimo do major Carlos Tavares Afonso dos Santos) parecia dar o tom de tudo quanto se haveria de seguir nesta matéria:

Além da paisagem, quanto outras fontes mais de sugestão e de inspiração, quantos outros campos mais de observação por toda a parte. Os hábitos, a moral, as estranhas e picarescas tradições, as antiquíssimas e ingénuas lendas dos indígenas, a sua mentalidade primitiva, o seu folclore, a sua história oral, os seus mistérios religiosos, a sua candidez nativa de raças escravas, todo esse mundo de sombras tão inexplorado! Que riquíssima mina para a curiosidade sagaz e para a imaginação criadora dum romancista! No campo da observação psicológica! Que admirável galeria de tipos morais, de tão rico garbo, nos passam constantemente diante dos olhos! Mesmo em tempo de paz, a vida do colono europeu, em África, mormente no interior, é uma obscura e interminável epopeia! Poema admirável de energias empreendedoras e activas, de astúcias felinas, de intrigas burlescas ou trágicas, de situações imprevisíveis, de humor, de simplicidade, de sucessivas e alternadas derrotas e triunfos! Admirável panorama da história da civilização humana, em todos os seus estádios, a vida em África é o mais imprevisível caleidoscópio ou cosmorama que possa imaginar-se<sup>38</sup>.

A abertura do concurso estimulou muitos autores. Alguns, como Henrique Galvão e Julião Quintinha, ganharam-no mesmo por mais de uma ocasião. Este último, de resto, pôs o seu talento ao serviço da causa ultramarina, canalizando a experiência e os conhecimentos adquiridos numa longa viagem empreendida ao continente africano, na qualidade de repórter do *Jornal da Europa*. As suas crónicas foram publicadas em três volumes<sup>39</sup>. Ainda nesta veia, assinou, com a colaboração de Francisco Toscano, *A Derrocada do Império Vátua e Mouzinho de Albuquerque*<sup>40</sup>.

Contudo, foi o seu primeiro volume de crónicas, *África Misteriosa*, verdadeiro *best-seller* e obra incontornável da literatura ultramarina portuguesa do século XX, que maior sucesso granjeou. Aí, Quintinha reunia alguns dos textos já publicados no *Jornal da Europa*. A introdução, sugestivamente intitulada “A Esfinge Negra”, narrando a partida do Tejo do autor, não só evocava as viagens dos tempos da expansão marítima, como estabelecia o padrão do vocabulário: rebuscado, luxuriante, apto a

---

<sup>37</sup> Ver PINTO, Alberto Oliveira – “O Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias (1926-1951). Colonialismo e Propaganda”. In: *Clio*. Lisboa: Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Nova Série, vol. 7, 2002, p. 191-256.

<sup>38</sup> SELVAGEM, Carlos – “Literatura portuguesa de ambiente exótico. Conferência realizada no Salão de Conferências da União Intelectual Portuguesa, em 18 de Junho de 1926”. In: *Boletim da Agência-Geral das Colónias*. Lisboa: Agência-Geral das Colónias, Fevereiro de 1926, n.º 8, p. 8-9.

<sup>39</sup> QUINTINHA, Julião – *África Misteriosa. Crónicas e impressões duma viagem jornalística nas Colónias da África Portuguesa*. Lisboa: Nunes de Carvalho, 1931 (2.º lugar do Prémio de Literatura Colonial). Idem – *Oiro africano. Crónicas e impressões duma viagem jornalística na África Oriental portuguesa*. Lisboa: Editora Portugal Ultramar, 1929 (2.º lugar do Prémio de Literatura Colonial). Idem – *Ternas do sol e da febre. Impressões do Congo Belga, África Equatorial Francesa, Transvaal, Nyasaland, Taganyka, Zanzibar, Mombaça, Adem e Egipto*. Lisboa: Nunes de Carvalho, 1932.

<sup>40</sup> QUINTINHA, Julião; TOSCANO, Francisco – *A Derrocada do Império Vátua e Mouzinho de Albuquerque*. Lisboa: Nunes de Carvalho, 1930, 2 vols (1.º lugar do Prémio de Literatura Colonial).

descrever o exotismo “rubro-negro” e a “beleza bárbara” da “África lendária”<sup>41</sup>. Na segunda edição, Quintinha explicaria que, apesar de se tratar “de um simples livro de impressões”, também havia pretendido chamar a atenção para o “sistema de trabalho” (indigenato), que reputava de “incompatível com as legítimas e humanitárias aspirações sociais”<sup>42</sup> defendidas pelos europeus:

Se este livro conseguisse, ao menos, chamar a atenção de alguns europeus para os lugares onde essa porção de homens negros arrastam o seu obscuro drama social, até eu poderia ser perdoado por o ter envolvido num colorido cartaz de mistério e fantasia<sup>43</sup>.

De qualquer modo, “mistério” e “fantasia” eram mesmo as palavras de ordem. E foi, talvez, nos capítulos dedicados a Cabo Verde e a S. Tomé e Príncipe, que Quintinha explorou ao máximo essas dimensões, ainda que sempre perpassadas por um sentido crítico das realidades locais. A respeito de Cabo Verde, que apelidou de “arquipélago da melancolia”, o jornalista anotava que, muito embora os “mais altos representantes” do arquipélago tenham perfeita consciência das medidas económico-sociais a implantar, “o que não compreendo [...] é o motivo por que os poderes competentes não atendem tão lúcidas palavras e claras sugestões”<sup>44</sup>.

Tem-se debatido a possível influência do texto de Julião Quintinha – e, sobretudo, a sua vívida descrição do Porto Grande de S. Vicente –, nos jovens cabo-verdianos que fundaram a revista *Claridade*<sup>45</sup>. Indiscutível, porém, foi a ascendência do jornalista sobre muitos dos vindouros que escolheram África como objecto das suas efabulações. A começar por Guilherme de Ayala Monteiro, director do *Jornal da Europa*, que publicava, em 1930, o “romance colonial” *Conquista do Sertão*. De “profundo sentido nacionalista”, a obra captaria a “fascinação dessa África enorme eternamente misteriosa”<sup>46</sup>.

No entanto, mais do que um florescimento deste sucedâneo da literatura de viagens, tratou-se de uma explosão de curtos artigos com o (sub)título de “impressões”. Se é certo que há muito que proliferavam ensaios e até álbuns sobre as “campanhas de pacificação”<sup>47</sup> e a etnografia dos povos colonizados, coube ao *Jornal da Europa* vincar a importância da vertente cultural. Assim, todos os usuais estereótipos e generalizações sobre África e os africanos deslocaram-se dos ensaios sociológicos e dos ensaios etnográficos para pequenos contos ou novelas, textos descritivos e poemas:

---

<sup>41</sup> QUINTINHA, Julião – *África Misteriosa. Crónicas e impressões duma viagem jornalística nas Colónias da África Portuguesa*. Lisboa: Nunes de Carvalho, 1931, p. 23.

<sup>42</sup> Idem, *Ibidem*, p. 21.

<sup>43</sup> Idem, *Ibidem*, p. 22.

<sup>44</sup> Idem, *Ibidem*, p. 57.

<sup>45</sup> SILVEIRA, Pedro – “Um escritor que continua vivo [Julião Quintinha]”. In: *Seara Nova*. Lisboa: Outubro de 1968, n.º 1476.

<sup>46</sup> “Conquista do sertão. Um emocionante romance colonial por Guilherme de Ayala Monteiro”. In: *Jornal da Europa*. Lisboa: 28 de Fevereiro de 1931, 2.ª série, n.º 34, p. 14.

<sup>47</sup> Ver *Álbum das Colónias Portuguesas*. Lisboa: Edições Cosmos, 1933. Norton de Matos assinou o artigo de abertura.

Porque te pintas, minha doida pequena?  
Decerto não sabes que para mim  
Vales mais com essa cor morena  
Do que pintada de branco e carmim!<sup>48</sup>

Por outro lado, produções literárias de autóctones das províncias ultramarinas frequentemente figuravam nas páginas do jornal. Retenha-se o caso dos cabo-verdianos, alguns dos quais futuros escritores da revista *Clareza*. Pretendia-se, com tal inclusão, através de uma atitude que muito devia ao paternalismo colonial, publicitar o que vinham fazendo os escritores/poetas de além-mar.

Mais importante ainda: se bem que toda esta actividade proviesse de um jornal de orientação republicana, haveria de influenciar um importante periódico do Estado Novo. De facto, começada a publicar em 1934, pela Agência-Geral das Colónias e pelo Secretariado da Propaganda Nacional, *O Mundo Português*, com o subtítulo de “revista de cultura e propaganda, arte e literatura coloniais”, tornar-se-ia uma referência e um inestimável veículo propagandístico da mística imperial do regime de Salazar.

---

<sup>48</sup> RIBAS, Rafael – “Morena”. In: *Jornal da Europa*. Lisboa: 1 de Julho de 1928, 2.ª série, 4.º número especial, p. 13.